

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação: políticas públicas, ensino e formação 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Correção: Yaiddy Paola Martinez

Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Revisão: Os autores

Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: políticas públicas, ensino e formação 4 /
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André
Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0284-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.848221907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO








A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo asseverados ataques nos últimos anos, principalmente no que tange ao estabelecer de políticas públicas e valorização de sua produção científica. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Educação: Políticas públicas, ensino e formação**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.








É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: TESSITURAS SOBRE A MENSURAÇÃO DO APRENDIZADO E RENDIMENTO ESCOLAR	
Maria Leonilde da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219071	
CAPÍTULO 2	12
EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPAÇOS PARA APRENDER COM LIBERDADE: A REALIZAÇÃO DO SER MAIS	
Monica Abud Perez de Cerqueira Luz	
Flávia Abud Luz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219072	
CAPÍTULO 3	20
ENSINO-APRENDIZAGEM E POLÍTICAS PÚBLICAS:CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristiane Aparecida Silva Nascimento	
Jair Lopes Junior	
Maria Beatriz Campos de Lara Barbosa Marins Peixoto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219073	
CAPÍTULO 4	27
DA MINHA JANELA EU VEJO O MUNDO INTEIRO!	
Marina Nogueira Gomes Neta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219074	
CAPÍTULO 5	30
FUNDAMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE ENSINO HISTÓRICO-CRÍTICA SOBRE ENERGIA NUCLEAR A PARTIR DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS (PROSUB)	
Israel Silva Figueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219075	
CAPÍTULO 6	43
FLIPGRID CONTANDO A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Ynnes Carolinne Rodrigues Chaves Campagnucci	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219076	
CAPÍTULO 7	47
CRIANÇAS DE QUATRO ANOS PENSAM SOBRE A ESCRITA! NÃO PENSAM?	
Carla Melissa Klock Scalzitti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219077	


CAPÍTULO 8	56
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (1968-1984): A EDUCAÇÃO FÍSICA “EM MARCHA” NO GOVERNO MILITAR Silvano Ferreira de Araújo  https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219078	
CAPÍTULO 9	67
A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM O USO DAS TERTÚLIAS DIALÓGICAS EM CONTEXTO DE PANDEMIA Deusilene da Silva Nascimento Marques Dilsilene Maria Ayres de Santana  https://doi.org/10.22533/at.ed.8482219079	
CAPÍTULO 10	76
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NAS LICENCIATURAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO PARÁ: DESRESPEITO ÀS ESPECIFICIDADES DA DOCÊNCIA Lucineide Soares do Nascimento  https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190710	
CAPÍTULO 11	88
MOBILIZAÇÃO DE SABERES NO PIBID: REFLEXÕES SOBRE A RESSIGNIFICAÇÃO DA TEORIA NA PRÁTICA DOCENTE Chrisley Bruno Ribeiro Camargos Mônica Lana da Paz  https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190711	
CAPÍTULO 12	107
ANÁLISE DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NA UFPI À LUZ DO ENADE Marcus Vinícius de Sousa Lopes Jairo de Carvalho Guimarães  https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190712	
CAPÍTULO 13	121
DO REAL AO IMAGINÁRIO: A MEDIAÇÃO E AS EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA Cristiane Schmitt  https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190713	
CAPÍTULO 14	128
O RESPEITO E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL: A LITERATURA INDÍGENA NA SALA DE AULA Geovana Laura da Silva Souza Banjaqui Nhaga  https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190714	

CAPÍTULO 15..... 139

UMA POSSÍVEL ANCESTRALIDADE DO OFÍCIO DE MESTRE-ESCOLA

Maria Alveni Barros Vieira

Ymélia de Lima Verçosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190715>

CAPÍTULO 16..... 151

DESAFIOS DO ENSINO REMOTO NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SUBPROJETO INTERDISCIPLINAR DE LÍNGUA
PORTUGUESA

Elenita Chuproski

Giane Regina Ivancheski


Letícia Michalowski

Luciano Golub Wesselovicz

Paula Elisiane Ribeiro

Rodrigo Augusto Kovalski

Sérgio de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190716>

CAPÍTULO 17..... 159

PROGRAMA PNAIC NO AMAZONAS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO EM AMBIENTE VIRTUAL

Maria Ione Feitosa Dolzane

Zeina Rebouças C. Thomé

Jéssica Amaral Moraes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190717>

CAPÍTULO 18..... 170

A UTILIZAÇÃO DOS JOGOS COOPERATIVOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Bruna Meneguelli da Hora Ferreira

Marcus Antônio da Costa Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190718>

CAPÍTULO 19..... 182

A PANDEMIA E A CONJUNTURA DE CRISE NO FUNCIONAMENTO DO ENSINO
SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DO ENSINO COM
RECURSO AOS MEIOS DIGITAIS


Albino Alves Simione






Pedro José Zualo

Benedito Jaime Monjane

Domício Moisés Guambe

António Francisco Sefane

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190719>

CAPÍTULO 20.....	204
DISLEXIA NO AMBIENTE ESCOLAR: SINAIS DE TRANSTORNO DISLÉXICO EM CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Tatinês de Melo Araújo	
Corina Fátima Costa Vasconcelos	
Jadson Justi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190720	
CAPÍTULO 21.....	218
POR ENTRE CURRÍCULOS, FORMAÇÕES E CINEMA: “ARTES DE FAZER” DE PROFESSORES NA INVENÇÃO DOS COTIDIANOS DE ESCOLAS	
Danielle Piontkovsky	
Maria Regina Lopes Gomes	
Letícia Regina Silva Souza	
Tamili Mardegan da Silva	
Maria Riziane Costa Prates	
Marcela Fraga Gonçalves Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190721	
CAPÍTULO 22.....	219
<i>INVENCIONICES</i> CURRICULARES, FORMATIVAS E DIDÁTICAS: PRÁTICAS DOCENTES COMO ARTES DE FAZER COTIDIANAS	
Danielle Piontkovsky	
Maria Regina Lopes Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190722	
CAPÍTULO 23.....	230
<i>PRATICAS POLÍTICAS</i> DOCENTES QUE ATRAVESSAM OS PROCESSOS FORMATIVOS	
Letícia Reginna Silva Souza	
Tamili Mardegan da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190723	
CAPÍTULO 24.....	241
CINEMA E EDUCAÇÃO: <i>ESPAÇOSTEMPOS</i> ÉTICO-ESTÉTICOS DE APRENDIZAGEM E PROBLEMATIZAÇÃO DA AMIZADE E DA ALEGRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Maria Riziane Costa Prates	
Marcela Fraga Gonçalves Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84822190724	
SOBRE OS ORGANIZADORES	253
ÍNDICE REMISSIVO.....	254

A PANDEMIA E A CONJUNTURA DE CRISE NO FUNCIONAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DO ENSINO COM RECURSO AOS MEIOS DIGITAIS

Data de aceite: 04/07/2022

Albino Alves Simione

Instituto Superior Politécnico de Gaza, ISPG e
Universidade Save, UniSave
Doutor em Administração pela Universidade
Federal de Minas Gerais, Brasil

Pedro José Zualo

Universidade Save, UniSave
Mestre em Ciências de Educação pela
Universidade São Tomás de Moçambique,
Moçambique

Benedito Jaime Monjane

Instituto Superior Politécnico de Gaza, ISPG
Mestrando em Administração Pública pela
Universidade do Minho, Portugal

Domício Moisés Guambe

Instituto Superior Politécnico de Gaza, ISPG
Mestrando em Bilinguismo e Educação
Bilingue pela Universidade Eduardo Mondlane,
Moçambique

António Francisco Sefane

Universidade Save, UniSave
Doutor em Psicologia Social pela Universidade
Kennedy, Argentina

Uma versão inicial do artigo foi publicada na International Journal of Human Sciences Research em 2021.

RESUMO: Este artigo busca refletir sobre o cenário atual do ensino superior face às

mudanças nas práticas e rotinas institucionais decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus, evidenciando, com base numa revisão de literatura de contribuições nacionais e internacionais sobre a temática, os desafios que se colocam ao seu funcionamento no contexto de Moçambique. A decretação do Estado de Emergência pelo governo em março de 2020 em razão da propagação da doença da COVID-19, seguido da declaração de Situação de Calamidade Pública durante os anos de 2021 e 2022, impuseram a adoção de medidas emergenciais e restritivas de várias ordens cujos efeitos geraram impactos diretos na sociedade em geral. Especialmente, no ensino superior, tais medidas determinaram a adequação e adaptação ao ensino-aprendizagem remotos, forjando uma transição para o uso mais intenso de tecnologias e plataformas digitais, assinalando-se desafios estruturais e organizacionais importantes no presente e futuro de professores, dirigentes e estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Crise sanitária; Mudanças; Aprendizagem; Ensino superior.

THE PANDEMIC AND THE CRISIS CONJUNCTURE IN THE OPERATION OF HIGHER EDUCATION IN MOZAMBIQUE: IMPLICATIONS AND CHALLENGES OF TEACHING WITH USE OF DIGITAL MEDIA

ABSTRACT: This article reflects on the current scenario of higher education in the face of changes in institutional practices and routines resulting from the pandemic caused by the new coronavirus, evidencing, based on a literature review of national and international contributions

on the subject, the challenges that arise to its functioning in the context of Mozambique. The decree of the State of Emergency by the government in march 2020 due to the spread of the COVID-19 disease, followed by the declaration of a Situation of Public Calamity during the years 2021 and 2022, imposed the adoption of emergency and various restrictive measures whose effects generated direct impacts on society in general. Especially in higher education, such measures determined the adequacy and adaptation to remote teaching and learning, forging an intense use of technologies and digital platforms, highlighting structural and organizational challenges in the present and future of teachers, leaders and teachers.

KEYWORDS: Pandemic; Sanitary crisis; Changes; Learning; Higher education.

1 | INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 foi anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a existência de uma doença que causa insuficiência respiratória grave nos pacientes e com um potencial elevado de transmissão e contaminação das pessoas, comumente chamada de novo coronavírus ou Covid-19 (FERREIRA, BRANCHI e SUGAHARA, 2020). Ela se espalhou rapidamente pelo mundo inteiro, forçando a OMS a declarar em 30 de janeiro de 2020, uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional. A disseminação acelerada pelos vários países do mundo levou aquele organismo internacional à declaração da doença a 11 de março, como uma pandemia a nível global, que veio a provocar o surgimento de uma crise sanitária sem precedentes.

O cenário de crise sanitária fez com que a OMS e vários governos nacionais tomassem medidas restritivas ao normal funcionamento da sociedade e adotassem iniciativas e recomendações diversas para conter a velocidade de sua disseminação ao nível internacional assim como ao nível interno dos países. Do conjunto de medidas adotadas destacam-se as relacionadas com o encerramento das unidades de ensino, suspensão temporária de aulas presenciais em todos os níveis do sistema de educação básica e superior.

De acordo com a UNESCO (2020) esse tipo de medidas alcançou em 2020 mais de 70% dos alunos em todo o mundo. Sobre essas medidas, o entendimento que se tem é de que a suspensão de aulas presenciais possibilitaria o isolamento e distanciamento social dos estudantes e dos docentes e por essa via seria possível alcançar maior controle dos casos de doença registrados.

No contexto de Moçambique após ter sido detetado o primeiro caso em 22 de março de 2020, notou-se uma rápida subida do número de pessoas infetadas pela Covid-19. E visando o enfrentamento da pandemia no país, inicialmente foi decretado pelo governo o Estado de Emergência emanado pelo Decreto nº 11/2020, de 30 de março, que foi depois acompanhado de três sucessivas prorrogações e seguidamente revisto e modificado pelo Decreto nº 79/2020, de 4 de setembro, respeitante à declaração de Situação de Calamidade Pública e Alerta Vermelho em vigor desde 7 de setembro, norma que se manteve vigente por

tempo indeterminado, abrangendo os anos de 2021 e 2022. As justificativas apresentadas pelo governo para as diversas revisões verificadas nas normas emergenciais, tiveram a ver com a necessidade de adaptar e ajustar as medidas restritivas consideradas necessárias conforme o ritmo e o progresso das contaminações causadas pela doença.

Relativamente à evolução da pandemia ao nível nacional importa frisar que no dia 18 de setembro o número de infeções atingiu cerca de 6.000 casos e em 6 de novembro, dois meses depois, o número dobrou, alcançando os 13.485 casos positivos. As contaminações cresceram aceleradamente, sendo que em 20 de janeiro de 2021 já haviam sido infetadas 29.396 pessoas, uma tendência de aumento exponencial que se manteve até 27 de julho, período em que o número de pessoas contaminadas alcançou os 122.028 casos confirmados registrados, tendo encerrado o mês de dezembro com 189.080 pessoas infetadas e 30.500 casos ativos (MISAU, 2021).

Depois de o país ter alcançado 4.861 casos diários de pessoas que testaram positivo para o coronavírus em 31 de dezembro de 2021, na final do mês de fevereiro e início de março de 2022 ocorreu uma redução drástica no número de infeções diárias registradas alcançando uma variação entre zero a sete casos de pessoas infetadas a partir de 18 de março. Até o dia 19 de abril o número de infetados pela Covid-19 no país atinge 225.338 pessoas e 2.201 mortes (MISAU, 2022).

Como foi referido anteriormente, esse cenário de crise pandémica forçou a introdução do Estado de Emergência e declaração de Situação de Calamidade Pública, que impuseram uma nova ordem na saúde pública assim como nas atividades das demais organizações públicas e privadas com impactos significativos nas suas práticas e rotinas institucionais. Especialmente, a implementação das medidas previstas nessas normas interferiu no normal funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES). Tal fato sugere reflexões sobre os seus efeitos ao nível das IES, uma vez que, no plano da gestão académica elas têm representado, desde então, o enfrentamento de problemas e dificuldades que envolvem, sobretudo mudanças na forma e processos de lecionação e de aprendizagem, pelo fato do processo de ensino ter deixado de ser majoritariamente presencial, passando a ser realizado com recurso a meios digitais de ensino e no formato não presencial.

As referidas mudanças geraram dificuldades tanto na constituição quanto na utilização das novas soluções e estratégias que deveriam passar a ser aplicadas pelas instituições de ensino. Vale lembrar que Moçambique é um país que tem buscado a sua estabilidade económica, política e social, possuindo ainda estruturas administrativas e organizativas estabelecidas recentemente e muitas delas ainda em consolidação. Além disso, grande parte da sua população enfrenta obstáculos para aceder aos serviços de que necessita, e os estudantes têm um acesso limitado às chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

É importante salientar, que as medidas face à conjuntura da pandemia se

fundamentaram em pressupostos técnicos e razões de índole social e econômica, que deram azo às medidas restritivas consideradas apropriadas para serem aplicadas em um contexto de degradação das condições sanitárias. Como referem Ferreira, Branchi e Sugahara (2020, p. 20) as restrições foram implantadas na tentativa de frear o ritmo de contaminações e preservar a segurança das comunidades e aderir às orientações de saúde pública, tendo se mostrado pertinente no âmbito da educação superior a incorporação rápida de metodologias de ensino e aprendizagem com recurso *online* e atividades remotas.

No entanto, a debilidade na oferta de serviços e as limitações em termos de infraestruturas no país, apresentam-se como fatores que interferem sobremaneira no uso das TIC's e plataformas digitais de ensino. Essa situação tende, por um lado, a ampliar as dificuldades materiais e os constrangimentos de ordem técnica e de gestão que têm caracterizado o processo de transição para a nova realidade remota de ensino superior observada desde 2020 a esta parte. Por outro lado, eles impedem a realização de transformações e adaptações necessárias na atualidade da educação superior de uma forma mais célere e efetiva.

Desde o primeiro Estado de Emergência que determinou a suspensão de aulas presenciais, o subsistema do ensino superior se confrontou com o desafio que obrigara os diferentes atores nele inseridos a encontrarem alternativas capazes de assegurar a necessária migração do regime de lecionação em sala de aula para a oferta de aulas em plataformas digitais de ensino. O enfrentamento desse desafio se tornou ainda mais complexo à medida que a efetivação do novo paradigma de oferta de aulas nas IES significou a alteração não só de práticas e de rotinas, mas também na forma de relacionamento entre as diferentes coordenações/direções de cursos com os seus estudantes, sobretudo em razão das contrapartidas (oferta de aulas *versus* pagamento de mensalidades), bem como a qualidade na oferta do ensino-aprendizagem com base nas soluções *online*.

Somado a isso, esse novo relacionamento veio colocar o setor de ensino superior no país em apuros, visto que se tem observado um despreparo dos atores quanto à utilização de plataformas digitais como meio para a lecionação. A título de exemplo, foi comum observar nos meses iniciais em que vigoraram medidas restritivas rigorosas e isolamento social obrigatório, situações em que docentes manifestaram limitações de acesso e insuficiências no que se refere às competências para o uso de tecnologias de informação, o que condicionou a oferta dos conteúdos nos diferentes cursos ministrados e a viabilização de uma boa e efetiva transição do modelo habitual de ensino para a operação em plataformas.

No caso dos estudantes, no geral têm-se confrontado desde então com a falta de estrutura segura e estável para aceder ao ensino baseado em tecnologias e plataformas digitais, dado a falta de equipamentos básicos para o efeito e pontos de acesso ao sinal da *internet* tanto nas IES quanto em seus locais de residência. Como se pode perceber, é possível afirmar-se que com a eclosão da pandemia o ensino superior no

país encarou constrangimentos para garantir a adoção e efetivação de um modelo de ensino-aprendizagem cujos processos são baseados nos meios digitais, no qual todos os estudantes participassem ao mesmo nível, quando comparado com o modelo de oferta de ensino em sala de aula.

Como argumentam Castoni, Melo, Nascimento e Ramos (2021), diferentemente do que teria acontecido nos países ocidentais, onde muitas IES migraram do modelo de ensino presencial para o de ensino remoto volvidas poucas semanas da eclosão da pandemia, noutros contextos como o de Moçambique, as instituições de ensino demonstraram limitações importantes para a realização da transposição do modelo de ensino presencial para o baseado nos meios digitais.

Em face do exposto, o presente trabalho buscou refletir sobre o cenário atual do ensino superior face às mudanças nas práticas e rotinas institucionais decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus, evidenciando com base numa revisão de literatura das contribuições nacionais e internacionais sobre a temática, os desafios que se colocam ao funcionamento ensino superior no contexto de Moçambique. A intenção é descortinar como o ensino superior lidou com as imposições da crise pandémica, expondo de que forma o setor tem convivido com a nova realidade adversa e quais as implicações futuras no seu funcionamento.

Neste trabalho realizou-se uma digressão sobre o panorama das práticas que caracterizaram a gestão do ensino superior no momento de pico do enfrentamento da pandemia da Covid-19. Para tanto, na pesquisa empreendida tomou-se a revisão bibliográfica de estudos anteriores que focalizaram a discussão referente às repercussões da pandemia no ensino superior pelo mundo. Os trabalhos foram selecionados por apresentarem descrições sobre processos e práticas de ensino que visaram o enfrentamento do problema e a adequação dos cursos ao funcionamento utilizando recursos à distância. A ideia é discorrer sobre as práticas que indicam a realização de mudanças similares às observadas no âmbito do funcionamento das IES moçambicanas, focalizando os desafios existentes.

O artigo contribui para o aprofundamento do conhecimento já existente sobre como as medidas contra a propagação da pandemia interferiram nas atividades letivas, ao sistematizar as principais experiências assinaladas no funcionamento do ensino superior diante das restrições observadas durante o período pandémico no país. Nesse contexto, a investigação realizada pretende reduzir a lacuna existente e incrementar a literatura nacional sobre a temática, visto que são ainda reduzidos os trabalhos que se detêm a explorar a perspetiva sobre a conjuntura do ensino superior remoto durante a pandemia para evidenciar as suas implicações e desafios futuros no contexto de Moçambique.

Este artigo é constituído fundamentalmente por cinco partes, sendo a primeira a presente introdução que se dedica à breve contextualização sobre o surgimento da Covid-19 e o foco das medidas restritivas que foram adotadas no mundo em geral e em Moçambique em particular. Na segunda parte realiza-se uma discussão sobre a

problemática da pandemia e suas implicações no ensino superior, para a seguir na terceira expor-se os materiais e métodos que foram usados no desenvolvimento da investigação. Na quarta parte apresenta-se as constatações do estudo focalizando-se a relevância do uso dos meios digitais no processo de ensino-aprendizagem na educação superior e desafios impostos às instituições de ensino a seguir à retomada ao modelo de aulas presenciais. Por fim, na quinta parte do trabalho são apresentadas as considerações finais sobre o estudo.

21 A PROBLEMÁTICA DA PANDEMIA NO ENSINO SUPERIOR E AS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO ACADÊMICA

Na literatura especializada é destacado, segundo argumenta Resende (1998, p. 154) que historicamente, o sentido da palavra pandemia é associado a qualquer acontecimento capaz de afetar todos os seres humanos. É um termo que foi utilizado na Grécia antiga por autores clássicos como Platão e Aristóteles, sendo que Galeno relacionou a pandemia às doenças epidêmicas de grande propagação para o globo. Já na modernidade, a pandemia passou a ser encarada como uma epidemia de grande vulto, que se propaga em muitas regiões do mundo. Um exemplo disso é a gripe asiática, que foi uma das pandemias mais notáveis que provocou a morte de aproximadamente 20 milhões de pessoas no planeta terra.

Nos últimos dois anos, o mundo se deparou com a ocorrência da pandemia da Covid-19, denominação empregada pela OMS ao novo coronavírus, descoberto em dezembro de 2019 na cidade em Wuhan, província de Hubei na República Popular da China. A Covid-19 é uma doença causada pelo vírus, onde “co” significa corona, “vi” quer dizer vírus, “d” de doença e “19” do ano em que a pandemia foi descoberta (MISAU, 2020, p. 10).

O aparecimento da doença pandêmica repercutiu no *modus* de vida das sociedades a nível global. Um dos setores diretamente afetado é o da educação, cujos subsistemas foram severamente afetados levando a mudanças na forma como as atividades e serviços passaram a ser oferecidos. Especificamente, no ensino superior, a pandemia levou ao encerramento total de universidades e escolas em quase todo o mundo. Alguns países que não seguiram pelo encerramento total dos estabelecimentos de ensino (Alemanha, Itália, Reino Unido, China e Austrália) procederam, de acordo com Gusso *et al.*, (2020) a alterações no calendário acadêmico e criaram iniciativas nas quais empresas podiam oferecer gratuitamente serviços (aulas) à população durante o período de quarentena.

Os autores mencionam, que outras ações envolveram a permanência de algumas escolas somente para filhos de trabalhadores em setores considerados essenciais e para crianças em situação de vulnerabilidade. Nessa linha de apoio às pessoas, houve ampliação de acesso público à *internet* e oferta de disciplinas ou cursos *online* por meio de plataformas geridas por instituições de ensino. As medidas restritivas teriam sido

implantadas no seguimento da necessidade de se assegurar o isolamento social, tido como eficaz para efetivar a introdução de períodos de quarentena e possibilitar a contenção da disseminação da doença e seu contínuo alastramento evitando assim várias mortes.

Em Moçambique, as restrições decretadas face à eclosão e propagação da Covid-19 afetaram todos os setores da vida socioeconômica do país, e no ensino superior incluíram dentre outras, a paralisação de aulas presenciais e encerramento de todas as instituições públicas e privadas em todo o território nacional. Essas medidas tiveram como finalidade prevenir situações de rápida transmissão e contaminação pelo vírus nos estabelecimentos de ensino (que são locais que observam geralmente maior aglomeração de pessoas).

Como resultado das medidas que anunciaram a suspensão das aulas presenciais nas IES, surgiram ao nível internacional e nacional diversas maneiras consideradas como alternativas para a continuação da oferta do processo de ensino e cumprimento dos programas letivos. Gusso *et al.*, (2020, p. 4) falam em formas ou modelos tentativos de adaptação de sistemas digitais de ensino cuja implementação veio evidenciar mudanças interessantes na *praxis* de ensinar, mas mostraram também a existências de vários obstáculos às iniciativas de ensino emergencial e expuseram diversas dificuldades na sua efetivação.

No que se refere aos problemas que emergiram, há a destacar os concernentes a: a) falta de suporte psicológico a professores e desenvolvimento de doenças por conta das novas modalidades de trabalho; b) sobrecarga de trabalho atribuído aos professores; c) baixa qualidade no ensino (resultante da falta de planejamento de atividades em meios digitais); d) descontentamento generalizado dos estudantes (com o fluxo das atividades letivas e despesas com mensalidades); e e) acesso limitado (ou inexistente) dos estudantes à estrutura e tecnologias necessárias no novo cenário de estudos.

Uma pesquisa realizada quando da ocorrência de uma epidemia da gripe em Alberta, Canadá, no ano de 2009 revelou que a suspensão de aulas e o encerramento das instituições de ensino permitiu a redução do contágio em cerca de cinquenta por cento e ajudou a superar a crise naquela região (SANZ; GONZÁLEZ e CAPILLA, 2020, p. 7). Disso, percebe-se que, mesmo conscientes de tratar-se de realidade distante da moçambicana, a experiência canadense fora utilizada como uma referência para considerar que o encerramento de instituições de ensino e a paralisação de aulas presenciais opera como uma via para evitar aglomerações e contágios múltiplos nos recintos escolares, num contexto de Covid-19.

Nessa senda, a partir de 21 de março de 2020 o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) em Moçambique, após a realização de uma reunião entre as autoridades ministeriais e as entidades representantes e gestoras das IES, passou a interferir nas rotinas e práticas usualmente seguidas no funcionamento da academia. O ministério passou a emitir diversos comunicados com o intuito de exortar e orientar as instituições IES a observarem o cumprimento das medidas e normativas governamentais

adotadas no intuito de fazer face à situação de agravamento da saúde pública.

Como que buscando responder a tais medidas as IES embarcaram na adoção de algumas iniciativas e estratégias polêmicas de gestão acadêmica visando a continuação de suas atividades. No entanto, apesar de gozarem de autonomia pedagógica e administrativa as IES não tomaram o cuidado necessário para o seguimento das referidas iniciativas. Era de se esperar que antes da sua implementação as IES tivessem promovido auscultações junto aos intervenientes diretos do processo do ensino e aprendizagem (gestores, técnicos, docentes e demais servidores), extensiva aos estudantes com vista a se definir formas eficazes para o cumprimento das medidas relacionados com a suspensão das aulas presenciais, migração para o modelo de aulas suportadas por plataformas digitais, pagamento de mensalidades, reajuste do calendário acadêmico, entre outras sem causar os prejuízos observados.

Entende-se, assim, que a existência de diálogo e reflexão conjunta entre o ministério e as IES, e entre as IES e os estudantes e docentes quanto à gestão da Covid-19 teria operado no início da crise como numa oportunidade para as partes interessadas realizarem a partilha das possíveis soluções e ajustamentos necessários na estrutura educacional durante e depois da pandemia. Esse tipo de articulação permitiria que as IES e os demais atores efetuassem uma avaliação conjunta e escolha de alternativas sobre as formas de gestão da crise sanitária e o cenário de funcionamento futuro das IES.

Vale sublinhar que a adaptação das IES para a modalidade de ensino baseado nos meios digitais representou uma mudança temporária na forma como decorre a oferta do ensino, ou seja, implicou como defendem Silus, Fonseca e Jesus (2020) uma nova forma de instrução caracterizada por ser uma entrega alternativa em decorrência da conjuntura de propagação do vírus. O uso de meios de ensino digitais ou ensino virtual como argumentam esses autores não se confunde com a chamada Educação a Distância (EAD), porquanto esta última, possui na sua forma de funcionamento, um conjunto de práticas e processos que lhe são próprios, sendo que são apoiados em sistemas de ensino e aprendizagem diferentes dos aplicados no ensino presencial.

Segundo Oliveira e Chaves (2020), apesar de considerar importante que os alunos interajam com os outros, com os recursos de instrução e com o professor, entretanto, a interação não representa a principal característica da formação, mas deve estar disponível, comum e relevante. Na mesma linha de entendimento Gusso *et al.*, (2020) consideram que embora essa modalidade também utilize frequentemente o ambiente *online* para o ensino das disciplinas curriculares, ela se diferencia do EAD em termos de características e possibilidades de implicações para a educação. A finalidade do ensino virtual é facultar recursos de ensino baseados em aulas remotas, que seriam ministradas presencialmente e temporariamente são oferecidas aos alunos por meios de plataformas *online*.

Portanto, entende-se que a forma como o ministério que superintende o ensino superior em Moçambique e as IES encararam a implementação dos decretos governamentais

sobre a prevenção da pandemia, pode ter contribuído para o surgimento de críticas e questionamentos relacionadas, por exemplo, com a polémica sobre o pagamento ou não de mensalidade por parte dos estudantes, enquanto vigorou o Estado de Emergência. A ausência de articulação em tempo útil, criou várias suspeitas e entendimentos do público segundo os quais as IES estariam migrando para um modelo de oferta de aulas no regime *online* com o objetivo de assegurarem unicamente a arrecadação de suas receitas.

Isso concorreu para o surgimento de reivindicações por parte dos estudantes e reclamações de pais e/ou encarregados de educação, com relação ao modelo de ensino ora oferecido. O argumento central da contestação ao pagamento das mensalidades se assentava na compreensão de que o contrato de ensino existente entre as IES e os estudantes havia sido celebrado no âmbito da oferta de aulas que seriam ministradas no formato presencial e não com recurso aos meios digitais, como passou a ocorrer logo a seguir à decretação das restrições. A crítica foi muitas vezes dirigida às condições de acesso (estrutura, meios e recursos) às aulas nos ambientes das plataformas digitais concebidas pelas IES visando a oferta de aulas.

3 | MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho classifica-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa visto que o problema que foi levantado orientou-se por uma investigação de cunho interpretativo (GIL, 2008). Foi realizado um estudo exploratório por tornar o problema mais familiar e explícito e descritivo dado que a preocupação central esteve associada à descrição das interfaces e ilustração das diferentes manifestações do objeto em investigação (RAUPP e BEUREN, 2012).

Quanto à metodologia usada para a realização do estudo importa ressaltar que foi baseado em duas vertentes. A primeira delas envolveu a efetivação de uma pesquisa bibliográfica, especialmente de estudos anteriores sobre a temática. Para obter os artigos que foram utilizados como base, foi realizado um levantamento nos bancos de dados eletrônicos da *Scielo* e *Google Acadêmico*.

Através destes, recolheu-se informação relevante com a qual foi possível proceder com a descrição das experiências internacionais e nacionais que expressam as práticas adotadas para o funcionamento das IES no contexto da pandemia. Para a busca dos textos, foram informados os seguintes descritores: “Estado de emergência”, “ensino remoto”, “ensino híbrido”, “Covid-19”, “coronavírus”, “ensino superior”, e “meios digitais de ensino”, tendo sido considerados apenas trabalhos redigidos na língua portuguesa.

Buscando o objetivo do estudo, foram adotados critérios de inclusão, considerando artigos cujo acesso ao periódico fosse livre aos textos completos, com utilização do idioma português, publicados e indexados nos anos de 2020 e 2021. Com isso foram selecionados 23 trabalhos considerados, após a leitura do resumo, de acordo com o tema constante nos

objetivos do presente trabalho. Eles foram selecionados pelo fato de serem adequados ao objetivo do estudo e se constituírem como trabalhos relevantes que forneceram informação considerada importante para o desenvolvimento da pesquisa.

A segunda vertente da pesquisa se fundamentou na pesquisa documental, que envolveu a leitura de relatórios, manuais e boletins informativos elaborados pelo MISAU e referentes à temática em estudo, especificamente do Instituto Nacional de Saúde (INS) e da Direção Nacional de Saúde Pública (DNSP). A realização do trabalho também se sustentou no conjunto de diretrizes-normativas (decretos governamentais) atinentes à instituição do Estado de Emergência e declaração de Situação de Calamidade Pública em Moçambique.

Conforme explicam Ludke e André (1986) a pesquisa de documentos apresenta-se como uma técnica de recolha de informação poderosa para a exploração de um problema ou fenómeno, e mostrou-se por isso valiosa. Ela permitiu desvelar aspetos novos sobre a temática da Covid-19 e espelhar as experiências do ensino superior face às limitações por ela impostas, além do fato de ter funcionado como complementar às informações obtidas pela pesquisa bibliográfica. Outra vantagem de seu uso foi que os documentos avaliados permitiram ter acesso a dados que evidenciam a problemática cuja obtenção se mostrou impraticável por outras fontes.

Para a operacionalização da análise empreendida utilizou-se o método de análise de conteúdo tanto para os textos quanto para os documentos pesquisados. De acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo é aplicável a esse tipo de fontes de dados mediante procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das informações que são obtidas, possibilitando a interpretação e a inferência de conhecimentos relativos às condições e sentido das mesmas.

Assim, ela se destinou a encontrar significados dentro do conjunto de informações que foram sendo selecionadas e que ajudaram aos pesquisadores na descrição do fenômenos qualitativos obtidos. Enfim, a opção pelos caminhos investigativos anteriormente mencionados, justifica-se pelo fato de se terem mostrado adequados ao objetivo proposto, visto que possibilitaram não só a recolha de informações relevantes, mas também ajudaram na resposta ao problema de estudo identificado. Os resultados do estudo são apresentados na seção que se segue.

4 | O ENSINO SUPERIOR E O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19

As respostas que os diferentes Estados buscaram oferecer à situação de crise da pandemia da Covid-19, apesar de terem sido pautadas no conjunto de orientações e pronunciamentos oficiais sobre a doença oriundos da OMS, elas variaram de país para país e foram influenciadas por fatores distintos. Por isso, de acordo com Santos (2020), diante da pandemia nenhum Estado pode disfarçar a sua falta de capacidade e de previsibilidade, em relação ao conjunto de problemas e respetivas consequências geradas por conta da

situação de emergência declarada.

É fato que, os Estados, incluindo o de Moçambique, tiveram que tomar medidas em função da sua realidade social e econômica. Apesar de a OMS ter declarado a Covid-19 como emergência mundial, isso não significou que esses adotassem medidas similares, pois, as consequências das decisões face a pandemia se diferem dependendo das realidades particulares dos países.

No ensino superior, a partir de abril de 2020 em meio à pressão social, restrições e confinamento impostos pela disseminação da pandemia, estudantes e pais manifestam incertezas sobre a continuidade da aprendizagem. Conforme assinalado por Oliveira e Chaves (2020), muitos professores também apresentam alegações diversas quanto à efetividade do sistema de ensino na conjuntura atual. Tais inquietações geradas pelas medidas envolvendo a suspensão de aulas presenciais e migração para as aulas *online* em regime de confinamento, estão associadas como explicam Gusso *et al.*, (2020) às dificuldades e limitações demonstradas pelas IES para lidarem com elas, de maneira a promover durante a pandemia condições viáveis e seguras de trabalho e pedagógicas aos professores e aos estudantes.

Sobre o cenário da Covid-19 e seus efeitos, vários autores (FERREIRA, BRANCHI e SUGAHARA, 2020; BARBAS e MATOS, 2020; COSTA *et al.*, 2020 CASTIONI; MELO; NASCIMENTO e RAMOS, 2021) assinalam que ela gerou problemas graves nas IES. Tal teria ocorrido uma vez que as IES demonstraram quando do seu surgimento que não estavam preparadas para implementação de soluções adaptadas às exigências do momento, ou seja, elas não estavam organizadas para a aplicação e utilização de tecnologias digitais. E muitas delas em contextos como os de países com índices de desenvolvimento ainda baixíssimos como Moçambique, várias universidades não possuíam qualquer mecanismo interno que assegurasse o processo de ensino e aprendizagem no ambiente remoto ou plataforma já em uso.

De acordo com Gusso *et al.*, (2020) existem ao nível internacional algumas (em número reduzido) IES que possuíam ferramentas tecnológicas antes mesmo da pandemia e poucas que já tinham sistemas de ensino híbridos em suas atividades presenciais. Portanto, as medidas governamentais que anunciaram a suspensão das atividades presenciais, propiciaram o início de uma corrida em busca de soluções alternativas para a continuidade da oferta de aulas aos estudantes. Para não gerar prejuízos ainda maiores, as universidades precisaram de encontrar caminhos no sentido de fazer cumprir, de certa medida, os seus calendários acadêmicos.

No seguimento da busca das referidas soluções, algumas ferramentas tecnológicas desenvolvidas para o uso no ensino, ganharam visibilidade passando a ser utilizadas como formas alternativas de substituição da tradicional sala de aula, isto é, elas passaram a ser os lugares principais nos quais os professores e estudantes efetivam as suas atividades (BARBAS e MATOS, 2020). Isso implicou uma mudança nas formas e práticas clássicas de

ensino fundadas na sala de aula como meio e o professor como facilitador do processo de ensino-aprendizagem para o uso de telas digitais como meio principal.

E da necessidade de lidar com a situação de emergência que provocara o encerramento das instituições de ensino, conforme argumentam Silus, Fonseca e Jesus (2020) surgiram muitos constrangimentos no processo de ensino em todo o mundo. Dentre eles, destacam-se: a harmonização do relacionamento entre estudantes e professores; o uso excessivo da tecnologia como ferramenta de comunicação para o ensino e aprendizagem sem o preparo necessário dos intervenientes; a dificuldade de professores e estudantes com o uso das TIC; a condição socioeconômica e disponibilidade de recursos e equipamentos ao nível dos docentes, discentes, famílias e sociedade.

Sobre isso, no que se refere à sua real preparação e capacidade de implementação das mudanças pretendidas para o enfrentamento da situação sanitária de coronavírus no ensino superior, é importante formular questionamentos, tais como: as universidades estavam preparadas para implementação de TIC nas suas atividades letivas? Os professores estavam preparados para ensinar por meio das tecnologias digitais? Os estudantes além do acesso a internet, possuíam habilidades para aprender pela via das telas digitais? As práticas pedagógicas docentes utilizadas na modalidade presencial, poderiam continuar da mesma forma na realização do ensino remoto? Esse conjunto de questionamentos contextualiza as diferentes transformações provocadas pela pandemia da Covid-19, especialmente no ensino superior, que a nossa pesquisa em andamento busca discutir.

No período de restrições, o ministério que superintende o ensino superior em Moçambique, se esforçou para disponibilizar uma solução que se pretendeu que fosse inclusiva e abrangente na sua aplicação como plataforma digital de ensino e aprendizagem. Para tanto, o MCTES após estabelecer negociações com as empresas operadoras de telefonia móvel que operam no país, conseguiu firmar um acordo que possibilitou o acesso gratuito à internet como forma de viabilizar a utilização da plataforma ora criada permitindo, de certo modo, a continuidade do cumprimento do calendário acadêmico.

Essa foi uma estratégia interessante que visou garantir que tanto os estudantes quanto os professores em confinamento pudessem participar conjuntamente nas aulas, durante o regime de Estado de Emergência. Não há dúvida, como foi anteriormente exposto, que o ensino *online* constitui uma alternativa face a suspensão das aulas presenciais. No entanto, o fato de os professores terem passado repentinamente a adotar o uso de telas digitais, sem que tivessem beneficiado de formações especializadas em matéria de tecnologias e metodologias digitais produziu consequências importantes para o funcionamento do setor.

É preciso lembrar, que na realidade nacional, durante o período anterior ao surgimento da pandemia, em que as aulas presenciais decorriam normalmente as IES, especialmente as públicas já encaravam problemas quanto a disponibilidade de meios e recursos técnicos e tecnológicos (computadores, tablets e acesso a internet) para a

realização de aulas. Como referem Costa *et al.*, (2020, p. 3) a abrupta interrupção das atividades sob o regime de aulas presenciais gera impactos a curto, médio e longo prazos, especialmente, nas populações socioeconomicamente vulneráveis que são as mais afetadas tendo como reflexos a acentuação das desigualdades sociais para o acesso à bens e serviços essenciais.

Ferreira, Branchi e Sugahara (2020) também partilham desse entendimento ao afirmarem que, com a implementação repentina dos meios digitais no ensino superior, muitos estudantes e professores com reduzida ou mesmo sem qualquer preparação ampliou as desigualdades que marcam o setor. A falta de domínio das TIC por parte desses intervenientes, operou como fator decisivo para a exclusão observada, sobretudo no início da pandemia quanto à capacidade e habilidade de uso de ferramentas digitais, concorrendo para a problemática da inclusão *versus* exclusão educativa digital há muito existente.

Além disso, na realidade de Moçambique existem assimetrias de ordem social como expuseram Silva, Monié e Mulhaisse (2020) e ao nível das regiões em que as IES estão implantadas (incluindo condições socioeconômicas dos estudantes), o que interfere na sua capacidade de materialização do modelo de ensino de base digital. Por exemplo, os estudantes e docentes das IES sedeadas na capital do país e nas capitais provinciais se encontram em relativa vantagem quanto à possibilidade de acesso aos recursos tecnológicos, comparativamente aos estudantes e docentes das IES que atuam em outras regiões do interior do país.

Na visão de Gortázar *apud* Sanz, González e Capilla (2020, p. 17), a situação das desigualdades no acesso aos recursos tecnológicos em casa aumentará as diferenças no processo de aprendizagem, a cada dia de restrição e confinamento social, enquanto vigorarem medidas emergenciais e restritivas ao ensino presencial. Com o exposto, compreende-se que o funcionamento das IES precisa de ser melhor organizado e estruturado para apresentar os significados de aprendizagem requeridos e desejados no contexto da utilização das ferramentas digitais, o que implica que deve possuir condições apropriadas.

De acordo com Silus, Fonseca e Jesus (2020, p. 1-2) no contexto de atuação em situação de emergência, tanto os professores quanto os gestores no nível do ensino superior intentaram no geral formas de adaptação das IES, e em particular de adequação do conjunto de seus planos de atividades, metodologias e conteúdos com o intuito de acolherem as novas práticas de ensino na modalidade remota. Como já referido anteriormente, essa nova postura imposta às instituições de ensino além de revelar desafios na reestruturação de suas práticas, promove a necessidade de investimento na preparação dos seus quadros de docentes, aspetos que se mostram cruciais para garantir a eficácia, a qualidade da ação e produções sociais que envolvem o processo de ensino em causa.

Seguindo esse entendimento, na realidade moçambicana, pode-se asseverar que o uso de plataformas digitais se mostra ideal e necessário. Porém, é importante frisar

que o ensino por meio das tecnologias e plataformas digitais não garante a inclusão, equidade nem igualdade na aprendizagem. Por exemplo, não há como realizar aulas com componente prática e laboratorial por via de plataformas digitais. Cursos como os da área de engenharias, saúde e outros, que exigem habilidades clínicas ou laboratórios físicos e não simulados para a realização de aulas práticas ou experimentais, que já possuíam limitações em termos de equipamentos e insumos antes mesmo do período da pandemia, viram as condições de seu funcionamento piorarem.

Nesse contexto, percebe-se que impossibilitadas de prosseguirem com as atividades previstas em seus programas acadêmicos mediante a adoção de meios digitais, tais cursos foram de certo modo excluídos pela introdução de novas soluções digitais em contexto da crise sanitária. Como afirmam Costa *et al.*, (2020) é no campo prático que os estudantes desenvolvem suas habilidades especializadas essenciais para a sua aprendizagem e com qualidade. As plataformas digitais ora adotadas representam uma modalidade alternativa ao ensino em tempos de ocorrência da pandemia, no entanto sem uma inserção no cenário prático, não possibilitando a vivência do futuro profissional nesse ambiente educativo, constituem-se assim como lacunas no processo de formação no ensino superior.

Resumidamente, em relação ao uso de plataformas digitais na aprendizagem dos estudantes face ao coronavírus a UNESCO (2020) vinca três medidas sobre as quais as instituições voltadas à educação deveriam refletir e adotar, sem descurar, contudo, a sua realidade, condições e contexto. São elas: a lecionação com recurso as aulas *online*; a escolha das melhores tecnologias para a instituição de ensino de acordo com o sistema de comunicação da sua área e a capacidade tecnológica de seus professores e discentes. Segundo a organização, no ensino/aprendizagem *online* é imperioso que se assegure que os programas sejam inclusivos a todos os estudantes.

4.1 A Educação Superior e a Relevância do uso dos Meios Digitais no Processo de Ensino-Aprendizagem

O ensino baseado em meios digitais trouxe à tona várias deficiências que os sistemas de ensino superior em diversos países do mundo inteiro possuem. Particularmente, no processo de implementação de soluções digitais adotadas, problemas como a preparação dos intervenientes do ensino superior (docentes, estudantes e gestores universitários), a fraca cultura digital nos cursos oferecidos, a reduzida ou inexistente estrutura para o funcionamento dessas ferramentas são apontadas como os principais aspetos que devem ser considerados.

Além disso vale pontuar que na grande maioria dos casos em que as IES pautaram pela aplicação dos meios digitais em suas atividades de ensino, a seguir a expansão da crise sanitária da pandemia, tal não ocorreu mediante a realização da necessária transposição didática para aquelas tecnologias. Portanto, o seu uso ocorreu de forma simplesmente instrumental, aliás como foi já salientado muitas vezes como justificativa para que a oferta

do serviço não fosse severamente afetada.

Embora isso, e os problemas decorrentes do surgimento da pandemia de Covid-19, existem vantagens do uso das TIC no processo de ensino e aprendizagem baseado nos meios digitais. Como vantagens destaca-se que eles possibilitam reformular as práticas pedagógicas, maximizar as ferramentas tecnológicas em favor do ensino, construir os programas, redes e mídias que permitem a integração dos estudantes com professores em redes de aprendizagem em ambientes virtuais de aprendizagem. Dessa maneira, inseridos no contexto das IES, os meios digitais permitem dar continuidade das ações do ensino superior, na realidade de isolamento social.

Além de possibilitarem o ensino virtual por meio de imersão dos estudantes e professores na modalidade *e-learning* (ensino eletrônico apoiado em tecnologias digitais), as TIC também introduzem seus participantes (praticantes do uso) a chamada aprendizagem digital. A aprendizagem digital é compreendida de acordo com Barbas e Matos (2020) como o conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias para atuar com dispositivos eletrônicos, incluindo a compreensão de alguns comandos, tais como: salvar e enviar um documento via rede, além do entendimento de algumas interfaces de computadores e dispositivos móveis.

Nessa perspectiva, Santos Júnior e Monteiro (2020) apresentam como vantagem do ensino virtual a possibilidade de realizar aulas por meio de videoaulas, videoconferências e *lives*, com aplicativos de ferramenta síncrona, tais como: *Skype*, *WhatsApp*, *Google Meet*, *Zoom*, *Instagram*, entre outros. Além disso, permite a flexibilização dos lugares em que ocorre o ensino, portanto, a substituição das salas de aulas por uma ferramenta assíncrona, isto é, plataformas de aprendizagem como: *Moodle*, *Microsoft Teams* e *Google Classroom*.

O uso de meios digitais associados a esse conjunto de programas tende a gerar ganhos importantes no ensino superior. Um dos pontos positivos e significativos de vantagem assinalados por Oliveira e Chaves (2020) está associado ao fato de num momento em que a sociedade se vê a braços impossibilitada de realizar deslocamentos por conta da pandemia, eles permitem a economia de tempo. Especialmente, eles consentem que os estudantes e professores tenham a possibilidade de criar novas formas de relacionamento consideradas mais dinâmicas elevando as chances de maior troca de informações e experiências acadêmicas.

Os meios digitais favorecem a realização de trabalhos individuais e em grupos, um ensino colaborativo segundo o explicitado por Uacane e Pego (2021), promovendo a inclusão e participação de mais pessoas nos debates e fóruns, entre outras formas de tornar a aprendizagem mais significativa. De acordo com esse entendimento, as soluções digitais síncrona e assíncrona operam como plataformas de aprendizagem nas quais professores e estudantes vivenciam o trabalho pedagógico de forma diferente que se permite transcender os limites de espaço-tempo da aula convencional.

Outro aspecto importante de ser mencionado quanto às vantagens de uso dos meios

digitais no ensino superior, é a possibilidade de realização da prática do chamado ensino híbrido. Este último é a metodologia que combina práticas de aprendizagem *online* com formas *offline*, em modelos que combinam momentos em que o aluno estuda sozinho, de maneira virtual, e paralelamente nas respetivas instituições de ensino, em que a aprendizagem ocorre de forma presencial, valorizando a tradicional interação que ocorre entre aluno e professor.

Nessa nova modalidade, os professores podem trabalhar três estratégias metodológicas diferentes: o ensino híbrido, a sala de aula invertida e as práticas de gamificação, uma vez que, estas abordagens organizam níveis de aprendizagem promovendo a autonomia dos estudantes e a interação destes com os docentes. Tais práticas têm potenciais êxitos, principalmente quando se adota o ensino remoto, visto que como os estudantes ainda não estavam adaptados a aprendizagem *online*, estas práticas metodológicas tendem a ser altamente engajadoras.

O ensino baseado nas TIC possibilita que a aprendizagem seja centrada no estudante e não no professor. De acordo com Oliveira e Chaves (2020), elas permitem um novo conceito de ensino na qual a experiência do estudante no processo de aprendizagem é valorizada tornando-o mais ativo e um ator principal e independente e no tempo que é o mais adequado. Dessa maneira, aumenta a responsabilidade pela aprendizagem por parte dos estudantes, e o uso de métodos que incidem sobre eles, incorporando assim a interatividade que tende a demonstrar ser mais bem-sucedida nessa empreitada.

Enfim, pode-se afirmar de forma resumida, que as novas rotinas de trabalho pedagógico implicadas na modalidade de ensino digital podem muito bem unir a realidade cotidiana do ensino presencial com o acréscimo de um ensino *online* que pode ser desenvolvido por meio das plataformas especializadas. Na sua essência, o uso de tecnologias no ensino superior amplia as escolhas de estratégias que podem ser utilizadas pelas universidades, elevando as chances de abertura de novas possibilidades para o enriquecimento dos conhecimentos.

4.2 Os Desafios Impostos às Instituições de Ensino Superior na Retomada das Aulas Presenciais

No ensino superior em Moçambique, após a propagação da doença provocada pelo coronavírus e decretação da situação de emergência pelo governo central em março de 2020 e consequente decisão de encerramento das IES, as aulas retomaram nas universidades, principalmente as públicas de forma presencial primeiramente no início do mês de fevereiro do ano 2021, tendo em vista a conclusão do segundo semestre/período (correspondente ao ano acadêmico de 2020).

Já em finais de junho, iniciaram com cinco meses de atraso comparativamente ao período normal, as atividades letivas presenciais referentes ao primeiro semestre/período do ano acadêmico de 2021 (com previsão de duração de apenas doze a catorze semanas,

contrariamente às habituais dezasseis semanas que têm sido previstas no calendário académico normal, sem a Covid-19). Foram registradas reduções significativas no número de contaminações diárias observadas no pico da fase que compreendeu as duas primeiras vagas de infeções (ocorridas em setembro de 2020 e de janeiro de 2021). Apesar disso, a partir dos finais do mês de junho de 2021, dado a persistência das contaminações pela doença pandémica, o número de contágios voltou a crescer.

A referida subida de novos casos deu-se com a chegada da terceira vaga, na qual a capital do país (Maputo) alcançou o maior número de casos tendência observada igualmente em todas as dez províncias do país, enquanto o processo de imunização estava ainda incompleto. A vacinação iniciou no país a 8 de março, e até 25 de julho de 2021 apenas 3% da população elegível (de um total de 28 milhões de habitantes) havia tomado a primeira e segunda dose dos imunizantes disponíveis no país. A previsão apresentada pelo Ministério da Saúde (MISAU) indicava que até o mês de setembro 20% da população do país estaria vacinada, e em 31 de dezembro 8,991,420 pessoas, sendo que desse número, um total de 6,488,993 pessoas é que tinham sido completamente imunizadas contra a Covid-19. No entanto, com a disponibilidade de mais lotes de vacina, o processo de imunização alcançou até 19 de abril de 2022 um total de 14,618,830 pessoas.

Essa conjuntura implicou diretamente no sentido da retomada presencial do ensino nas universidades. Argumentando, Costa *et al.*, (2020) afirmam que existiu um dilema quando se pensou nessa possibilidade na medida em que os estudantes se apresentavam como potenciais transmissores do vírus da pandemia e com alta vulnerabilidade à contaminação. Nessa perspetiva, a discussão incidiu sobre a importância do exame sobre os riscos relacionados à reabertura das instituições de ensino, apesar de na época não existirem ao nível mundial dados mais apurados que evidenciavam a existência de infeções associadas às IES.

Por sua vez, Gusso *et al.*, (2020, p. 3) ao fazerem alusão aos desafios da retomada das aulas no ensino superior explicitam que ao nível das universidades, departamentos académicos e cursos universitários seria preciso adequar as suas formas de estar e práticas de gestão universitária. O referido reposicionamento institucional e organizativo se justificaria como forma de reduzir danos pedagógicos e riscos à saúde pública, e garantiria a manutenção de uma educação no nível superior com a requerida qualidade, acompanhada da observância de medidas de segurança.

Os autores asseveram ainda que as instâncias deliberativas das IES deveriam apresentar decisões fundamentais que devem subsidiar as decisões de professores quanto à forma de conduzir suas disciplinas e demais atividades após a remada. Tal processo deveria envolver a realização de ajustes a serem feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a intensão de abertura das intuições e enfrentamento das contaminações provocadas pela Covid-19.

Nesse contexto, atentando-se à retomada de aulas presenciais compreende-se que a sua efetivação com segurança estaria atrelada a uma mudança cultural nas IES contemplando as novas formas de envolvimento com a atividade pedagógica. É preciso, conforme discorrem Oliveira e Chaves (2020) que elas transponham barreiras há muito conhecidas e relacionadas com a cultura organizacional com vista a lidarem com: resistência organizacional à mudança; falta de planejamento estratégico para o ensino a distância; lentidão no ritmo de implementação; e por fim, a dificuldade em acompanhar as mudanças tecnológicas.

Aliado a esses aspectos os autores citam a necessidade de ao nível das instituições ser ultrapassada a relutância no envolvimento no ensino baseado nos meios digitais, decorrente da falta de treinamento dos professores, assim como a resolução de problemas de natureza técnica que se verificam. Como se pode perceber, esse contexto exige que os professores sejam mais dinâmicos e atualizados para que possam manter o interesse em suas aulas.

Outrossim, muito além de se focalizam também o treinamento dos professores, é importante se pensar acerca da atitude dos estudantes frente ao uso das TIC, as mudanças educacionais, já anunciavam mesmo antes da pandemia, a necessidade de um novo olhar para o processo de aprendizagem apoiado nesses recursos. As formas de as IES promoverem o ensino estão inseridas nas novas ações da realidade contemporânea que se tem da sociedade bem como o perfil dos novos estudantes, os quais se tornaram produtores de informação e conhecimento e, querem participar e compartilhar constantemente tudo o que estão vivenciando.

E, no uso massivo dos meios digitais de ensino é fulcral de acordo com Oliveira e Chaves (2020, p. 52) que o estudante seja encarado como ele principal entre os sistemas que são criados e o conhecimento propriamente dito. Equivale afirmar que o estudante precisa de ser visto como a peça-chave que condiciona o desenho e a implementação das experiências de ensino *online*, porque só assim é que as IES poderão oferecer práticas de ensino mais abrangentes e que envolvam a todos (sobretudo se for pensado o quesito da localização urbana ou rural dos estudantes).

Em suma, esse conjunto de desafios exige que as IES possuam melhores sistemas de organização e planejamento para enfrentarem a retomada às aulas presenciais. Para que as IES assegurem um processo de retomada de suas atividades acadêmicas de maneira mais segura, é necessário que elas estejam bem informadas sobre a doença, suas consequências de curto, médio e longo prazos, e como melhor combatê-la. Requer ainda que elas consigam lidar com a escassez de recursos financeiros e materiais, sobre os quais o governo deve prestar maior atenção e oferecer apoio orçamental, sobretudo às IES públicas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou refletir sobre o cenário atual do ensino superior face às mudanças nas práticas e rotinas institucionais decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus, evidenciando, com base numa revisão de literatura de contribuições nacionais e internacionais sobre a temática, os desafios que se colocam ao seu funcionamento no contexto de Moçambique.

A doença do coronavírus produziu resultados prejudiciais para o setor de ensino superior no mundo inteiro. A conjuntura de crise sanitária gerou incertezas preocupando a sociedade, especialmente a academia (estabelecimentos de ensino foram encerrados e reabertos de forma recorrente). Não obstante, a recente onda de utilização em massa de plataformas digitais no ensino superior configura de certo modo uma inovação nas atividades acadêmicas face à Covid-19. Mas, exige muito dos professores. Como foi exposto, o sentido de ensinar mudou profundamente desde o início de 2020. Passou a ser uma tarefa na qual deve-se buscar uma melhoria contínua nas práticas que eram comuns e quase exclusivamente de ensino presencial. Atualmente, o professor precisa de aprimorar todo o processo de planejamento e implementação do ensino frente aos estudantes, o que implica a busca maior capacitação individual e por novas metodologias especialmente as que estimulem a aprendizagem no quadro da utilização dos meios digitais.

Entende-se, pois, que atuando assim, o uso das TIC permitirá a capitalização do ensino centrado no estudante, a aproximação humanizada aos estudantes, na busca por influenciar e motivá-los ao aprendizado, a reformulação das avaliações; e por fim o permanente compromisso de formação continuada docente. Para tanto, enfatiza-se uma vez mais que a formação dos professores é importante para que adquiram as competências didáticas frente às TIC, as quais devem estar ligadas a atitude do professor no que diz respeito aos métodos pedagógicos e disciplinares, às formas de comunicação, investigação e avaliação, bem como em relação às técnicas e tecnologias.

Pode-se concluir após as descrições efetuadas no artigo, que quando se defende o uso de diferentes ferramentas e meios digitais aplicáveis ao ensino superior, existe um propósito fundamental que se relaciona com a oferta de uma experiência de ensino-aprendizagem por meio dela, se percebe o quanto eles são valiosos tanto para os estudantes beneficiários das aulas *online* quanto para o professor que atua como facilitador. Sobre isso, vale pontuar, que as referidas experiências de aprendizagem não seriam possíveis não fosse a utilização das tecnologias e plataformas no ensino universitário.

Diante dessa conjuntura decorrente da crise da pandemia de coronavírus, como lições a aprender tem-se: em primeiro que a pandemia da Covid-19 deve servir de aprendizado quanto a necessidade de mudança na forma de ser e estar das IES, abandonando o paradigma tradicionalista voltado exclusivamente a oferta de aulas presenciais. É preciso que de forma urgente e com a devida responsabilidade as instituições de ensino assumam

o ensino *online* (com o uso de plataformas digitais), como modelo efetivo-complementar (adotado no dia-a-dia no processo de ensino e aprendizagem) e não apenas uma alternativa emergencial típica do período da pandemia.

Desde já, significa que as IES e com apoio das estruturas governamentais, devem privilegiar em seus planos de ação e orçamentos a realização de investimentos em infraestruturas e recursos tecnológicos melhor adaptados às exigências do ensino superior na atualidade. Segundo, que nenhuma política pública educacional deve ser implementada sem um efetivo envolvimento e auscultação dos principais atores. Isso é fundamental para se perceber e compreender que sentimento os intervenientes diretos no processo de ensino-aprendizagem, especialmente os estudantes e o pessoal docente das IES têm acerca do assunto objeto da política.

Finalmente, considerando que a pandemia continua sendo uma incerteza com impactos significativos nos diferentes setores, as IES são desafiadas a sobreviver lidando eficazmente com os efeitos da crise sanitária. Especialmente, elas devem reconhecer que novos fenômenos causados pelas soluções digitais que têm sido adotadas, em muitos casos agravam as desigualdades sociais que caracterizam o país e geram dificuldades no seio dos estudantes usuários. Prestar a devida atenção a esses empecilhos constitui-se num imperativo organizacional importante, sob a pena de exacerbarem problemas já conhecidos e com implicações diretas na qualidade do ensino e preparação acadêmica e técnica dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BARBAS, M.; MATOS, P. Uma experiência em ensino superior: a unidade curricular de relações laborais antes e durante a pandemia Covid-19. **Revista da UI_IPSantarém**, v. 8, n. 2, p. 57-68, 2020. <https://revistas.rcaap.pt/uiips/>

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CASTIONI, R.; MELO, A.; NASCIMENTO, P.; RAMOS, D. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 399-419, abr./jun. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903108>

COSTA, R. *et al.* Ensino de enfermagem em tempos de COVID-19: como se reinventar nesse contexto? **Texto Contexto Enfermagem**. v. 29, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0002>

FEREIRA, D.; BRANCHI, B.; SUGAHARA, C. Processo de ensino e aprendizagem no contexto das aulas e atividades remotas no Ensino Superior em tempo da pandemia Covid-19. **Revista Práxis**, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, p. 202-28, 2020.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ª ed. 2008.

GUSSO, H.; *et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: Diretrizes à gestão universitária. **Educ. Soc., Campinas**, v. 41, e238957, p. 1-27, 2020. <https://doi.org/10.1590/ES.238957>

JUNIOR, V.; MONTEIRO, J. Educação e Covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade** - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 1-15, jan./dez. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0011>

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Sao Paulo. EPU, 1986.

MISAU. **Boletim diário Covid-19**: Instituto Nacional de Saúde: Maputo, nº 497, 2021.

MISAU. **Manual de prevenção Covid-19**. Direção Nacional de Saúde Pública: Maputo, 2020.

MISAU. **Comunicado de imprensa**: atualização da informação sobre a Covid-19 no País: Maputo, 2021.

MISAU. **Comunicado de imprensa**: atualização da informação sobre a Covid-19 no País: Maputo, abril, 2022.

NEGRI, F.; KOELLER, P. Políticas públicas para pesquisa e inovação em face da crise da Covid-19. **Nota Técnica**, IPEA, Brasília, n. 64, p. 07-17, 2020.

NEVES, V.; ASSIS, V.; SABINO, R. Ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: estado da arte. **Rev. Pemo, Fortaleza**, v. 3, n. 2, e325271, 2021. Doi: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.5271>

OLIVEIRA, W.; CHAVES, S. Os desafios da gestão do ensino superior durante a pandemia da covid-19: uma revisão bibliográfica. **Revista de Saúde-RSF Brasília**, v. 7, n. 2, Edição Especial – Covid-19, p. 40-58, 2020.

RAUPP, F.; BEUREN, I. **Metodologia da pesquisa aplicável as ciências sociais**. São Paulo 3. ed.: Atlas, 2012.

RESENDE, J. Epidemia, endemia, pandemia e epidemiologia. **Revista de Patologia Tropical**. v. 27. Goiana, 1998.

SANTOS, B. **A cruel pedagogia do vírus**. Edições Almada: Coimbra, 2020.

SANZ, I.; GONZÁLEZ, J.; CAPILLA, A. Efectos de la crisis del coronavirus en la educación. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), Área de Educación Superior, Ciencia y ETP. Bravo Murillo,38 -28015: Madrid, 2020. Acesso em 22 de Maio de 2020, Disponível em: <https://www.flacsi.net/wp-content/uploads/2020/04/EFECTOS-DE-LA-CRISIS-DEL-CORONAVIRUS-EN-EDUCACI%C3%93N.pdf>

SILUS, A.; FONSECA, A.; JESUS, D. Desafios do ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da COVID-19: repensando a prática docente. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5336, dezembro 2020. Doi: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5336>

SILVA, C.; MONIÉ, F.; MULHAISSE, R. Pandemia de coronavírus/Covid-19 em Moçambique: desafios de reflexão sobre os contextos territoriais e socioeconômicos da política de saúde. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 11, p. 674-690, Enero-Diciembre, 2020.

UACANE, M.; PEGO, A. As tecnologias de informação e comunicação no contexto do ensino superior em Moçambique no período Covid-19. Análise de um estudo de caso. **RECH-Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem-Estar**. v. V, n. 2, jul-dez, p.14-127, 2021.

UNESCO. COVID-19 Impact on Education. 2020. Acesso em 05 de maio de 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>

Legislação

Decreto n° 11/2020, de 30 de março, referente à declaração do Estado de Emergência em Moçambique.

Decreto n° 12/2020, de 30 de abril, referente à prorrogação o Estado de Emergência em Moçambique.

Decreto n° 79/2020 de 4 de setembro, referente à declaração da Situação da Calamidade Pública e Ativa o Alerta Vermelho em Moçambique.

Decreto n° 1/2021, de 13 de janeiro, referente à revisão das medidas para a contenção da propagação da pandemia da Covid-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública e revoga o Decreto n° 110/2020, de 18 de dezembro.

Decreto n°2/2021, de 04 de fevereiro, referente à revisão das medidas para a contenção da propagação da pandemia da Covid-19 enquanto durar a situação de Calamidade Pública e Alerta Vermelho em Moçambique.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente virtual 116, 159, 162, 166, 167, 168

Análise do comportamento 20, 21, 22, 23, 25, 26

Anos iniciais do ensino fundamental 26, 204, 205, 206

Antiguidade 139, 141, 142, 148, 149

Aprendizagem 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 40, 47, 49, 52, 64, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 91, 92, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 111, 116, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 144, 151, 152, 153, 159, 160, 161, 162, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 227, 234, 235, 241, 242, 243, 245, 246, 249, 251, 252

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 68, 83, 90, 95, 102, 108, 109, 111, 112, 115, 118, 119, 120, 175, 189, 200, 210, 211, 214, 215, 216, 234, 235

C

Ciências 12, 20, 26, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 80, 86, 93, 94, 128, 149, 182, 202, 203, 221, 253

Contexto remoto 151, 156

Cotidianos 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240

Crise sanitária 182, 183, 189, 195, 200, 201

Currículos 4, 7, 14, 22, 91, 99, 104, 157, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 230, 232, 239, 240, 252

D

Dislexia 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Diversidade 18, 76, 77, 117, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 168, 172, 177, 203, 224, 246

Docente 1, 2, 4, 5, 6, 7, 24, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 59, 67, 70, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 140, 150, 152, 153, 157, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 200, 201, 202, 220, 223, 227, 228, 230, 233, 234, 238, 239, 240, 248, 253

E

Educação bancária 12, 13, 14

Educação física 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 226

Educação infantil 10, 12, 45, 47, 48, 49, 54, 121, 122, 126, 127, 181, 215, 241, 246, 250, 252

Educação superior a distância 107, 109, 119

ENADE 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120

Energia nuclear 30, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42

Ensino 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 44, 45, 51, 56, 59, 63, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 97, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 135, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 212, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 227, 230, 231, 232, 239, 241, 253

Ensino fundamental 4, 5, 26, 27, 29, 44, 128, 142, 151, 152, 153, 157, 158, 170, 171, 172, 173, 174, 180, 181, 204, 205, 206, 211, 216, 218, 219, 220, 241

Ensino superior 76, 77, 80, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 118, 119, 120, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 253

Ensino-aprendizagem 20, 21, 22, 23, 25, 26, 92, 111, 116, 171, 175, 182, 185, 186, 187, 193, 195, 200, 201, 205, 212, 214, 227

Escola 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 24, 26, 27, 28, 29, 37, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 51, 52, 63, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 77, 80, 84, 86, 93, 94, 97, 121, 122, 123, 126, 128, 130, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 157, 158, 168, 171, 172, 174, 176, 177, 180, 181, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 223, 224, 225, 226, 228, 232, 234, 236, 237, 239, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 250, 251

Estágio supervisionado obrigatório 76, 77, 80, 83, 85

Estudantes 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 27, 28, 29, 43, 44, 45, 83, 89, 92, 95, 96, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 147, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 214, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 242, 243, 246, 247

F

Famílias 28, 29, 67, 68, 71, 72, 121, 122, 123, 126, 141, 144, 145, 147, 193

Formação de professores 1, 20, 23, 26, 56, 57, 72, 76, 80, 81, 84, 86, 89, 92, 101, 105, 150, 151, 159, 175, 216, 220, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 241, 242, 248, 251, 252, 253

H

História 12, 13, 18, 25, 28, 31, 32, 34, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 78, 79, 89, 123, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 149, 150, 210, 228, 240, 244, 245, 248, 249, 250, 251

Humanizada 12, 200

I

Imprensa periódica 56, 58, 65

J

Jogos cooperativos 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

L

Língua portuguesa 1, 5, 24, 26, 61, 81, 149, 151, 153, 154, 155, 190

Linguagem escrita 47, 48, 51, 52, 54, 217

Literatura indígena 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138

M

Medievos 139

Mudanças 1, 6, 25, 27, 28, 60, 77, 108, 111, 143, 146, 157, 171, 182, 184, 186, 187, 188, 193, 199, 200, 245

O

Opressor 12, 14, 16, 18

Oprimido 12, 14, 15, 16, 18, 19

P

Pandemia 27, 28, 36, 44, 67, 151, 152, 156, 157, 173, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Pedagogia histórico-crítica 30, 32, 42

Pedagogia libertadora 12, 16

PIBID 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 253

Prática docente 24, 39, 40, 41, 59, 84, 88, 90, 92, 93, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 173, 174, 180, 202, 223, 239

Professor 1, 3, 8, 9, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 40, 41, 43, 44, 54, 61, 62, 67, 68, 70, 71, 73, 78, 82, 83, 84, 89, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 103, 105, 110, 116, 121, 122, 128, 129, 130, 133, 136, 140, 141, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 168, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 189, 193, 197, 200, 204, 206, 211, 212, 213, 214, 216, 223, 226, 230, 231, 234, 235, 238, 239, 241, 248, 253

PROSUB 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Q

Qualidade 4, 5, 6, 7, 9, 10, 15, 51, 65, 72, 77, 79, 84, 85, 86, 92, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 140, 141, 148, 153, 168, 173, 181, 185, 188, 194, 195, 198, 201,

212, 223, 231, 235

R

Realismo nominal 47, 48, 49, 52, 53

Residência pedagógica 76, 151, 152, 153, 157, 158

Respeito 5, 9, 13, 17, 21, 50, 56, 58, 68, 71, 73, 74, 77, 90, 94, 103, 104, 117, 124, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 145, 153, 156, 172, 177, 200, 223, 226, 230, 231

Ressignificação 88, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104

Revistas pedagógicas 56, 59

S

Saberes docentes 23, 88, 92, 99, 106, 239

Sala de aula 8, 16, 22, 28, 29, 44, 49, 52, 84, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 117, 121, 123, 128, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 152, 156, 157, 158, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 185, 186, 192, 193, 197, 204, 212, 213, 225, 243, 247, 248, 249

T

Tertúlias dialógicas 67, 68, 71, 72, 73, 74

U

UFPI 61, 107, 108, 109, 110, 113, 118, 119

V

Valorização cultural 128



Valorização da docência 76, 78

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

IV



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022